

Relato da 142ª Reunião do Plenário

No dia 24 de setembro de 2020, realizou-se a centésima quadragésima segunda sessão plenária do Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Plataforma Zoom, tendo sido adotada a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação do relato da 141ª Sessão Plenária;
2. Informações e reflexões sobre a conclusão do ano letivo 2019/2020 e o início do ano letivo 2020/2021;
3. Apreciação e discussão do projeto de Recomendação - A condição dos assistentes e dos técnicos especialistas que integram a atividade educativa das escolas – Relatores/Conselheiros: Carlos Percheiro, Fernando Almeida e Francisco Miranda Rodrigues;
4. Apreciação e discussão do projeto de Recomendação - A Cidadania e a Educação Antirracista – Relatoras/Conselheiras: Isabel Menezes, Joana Brocardo e Luísa Malhó.

A Presidente saudou os presentes e deu as boas vindas aos conselheiros e às conselheiras que tomaram posse recentemente, e participavam na sua primeira reunião plenária: Hugo Marques da Fonseca, designado pelas Associações de Estudantes; José Maria Carvalho Dias, representante da Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira; Maria Eugénia Nobre Gamboa, representante do grupo parlamentar do PSD; Pedro Jorge Richheimer Marta de Sequeira, representante do Conselho Nacional do Desporto.

Sugeriu uma pequena alteração à ordem de trabalhos, no sentido de se fazer a reflexão sobre a conclusão do ano letivo 2019/2020 no ponto 2. e deixar para o final da sessão a referente ao início do ano letivo 2020/2021. Esta alteração mereceu a concordância dos conselheiros e das conselheiras.

No ponto 1., a Presidente colocou à apreciação e votação a proposta de relato da 141.ª Sessão Plenária, que foi aprovada, mantendo o prazo de uma semana para a comunicação de eventuais propostas de alteração.

No ponto 2., a Presidente informou sobre o trabalho desenvolvido pelo CNE, neste período de pandemia em que recorreu ao teletrabalho, que ainda se mantém. Referiu que o Conselho tem procurado continuar a sua atividade diária e, em março, enviou uma carta aos conselheiros/às conselheiras nesse sentido.

Lembrou que, no início de abril, auscultou os conselheiros e as conselheiras no sentido de conhecer a sua posição acerca das questões decorrentes do encerramento das escolas, visando a preparação da reunião com o Ministro da Educação, agendada para 7 de abril. Informou, igualmente, que a síntese das respostas recebidas integrou, posteriormente, o documento intitulado *A memória, o conhecimento, o futuro*, que tem vindo a ser divulgado no sítio do CNE, e que continua em construção.

Salientou a criação do Fórum dos Conselheiros, em maio, com o objetivo de reproduzir a atividade do CNE numa comunidade virtual e permitir a participação dos seus membros, através da partilha de documentos, da reflexão e discussão sobre temas de educação. Manifestou o desejo de que fosse mais participado.

De igual modo, informou que foram divulgados, no sítio do Conselho, a publicação *Educação de Adultos: ninguém pode ficar para trás*, que reúne o conjunto de intervenções do seminário com o mesmo nome, e o estudo *Desempenho e Equidade: uma análise comparada a partir dos estudos internacionais TIMSS e PIRLS*.

Comunicou que o estudo sobre educação em tempo de pandemia, com base nos inquéritos que foram aplicados pelo CNE, em julho, a diretores de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e a professores com funções de coordenação, iria ser desenvolvido após a conclusão dos trabalhos do relatório *Estado da Educação 2019* (edição de 2020).

Mencionou a realização de dois *webinars* sobre: *Recuperar... o quê? e como?* e *A escola em 2020/2021: que nova normalidade?*, respetivamente em junho e julho, e informou que está em preparação um terceiro, em parceria com o GILM, que ocorrerá no próximo dia 8 de outubro, sobre *O digital numa pedagogia ativa e autonomizadora*, com a participação, para além da Presidente do CNE, de António Dias de Figueiredo, Maria João Horta e com moderação de Sara Pereira.

Sobre as recomendações do CNE, em agenda, referiu as que foram já concluídas e iriam ser apreciadas na presente sessão plenária, bem como o relatório técnico que acompanha a respeitante ao pessoal não docente; a recomendação sobre o acesso ao ensino superior, que continuava em fase de elaboração, e que pensava que o projeto poderia estar concluído para ser apreciado e votado na próxima reunião do Plenário, a realizar, provavelmente, em finais de outubro. Acerca da recomendação sobre o Plano Nacional das Artes, afirmou que ainda não tinha certezas acerca da data da sua conclusão e comunicou, a este propósito, que tinha recebido, em reunião, os responsáveis do Plano Nacional das Artes, do Ministério da Educação, bem como representantes de associações de pais e de direções de escolas básicas e secundárias, com vista a refletir sobre a relevância das componentes artísticas e culturais no desenvolvimento do currículo escolar. E formas de ultrapassar dificuldades, causadas pela pandemia.

Informou ainda que estavam pensadas outras recomendações, designadamente sobre a “Voz das crianças e jovens” e a valorização de formas de conhecimento filosófico histórico e literário na formação dos jovens.

Por fim, referiu que estavam em curso os trabalhos de elaboração do relatório *Estado da Educação 2019*, este ano dedicado ao ensino profissional, que poderá estar concluído em finais de outubro.

De seguida, deu a palavra aos conselheiros e às conselheiras para uma reflexão sobre a conclusão do ano letivo de 2019/2020.

No debate superveniente participaram os/as conselheiros/as, alguns através do *chat*: Aida Cruz Mendes, Eugénia Gamboa, Fernando Almeida, João Dias da Silva, João Pedro Louro, Joaquim Mourato, Jorge Ascensão, José Luís Presa, Léon Acosta, Manuel Gomes, Manuela Encarnação, Mariana Avelãs, Mário Nogueira, Teresa Godinho e Rodrigo Queiroz e Melo.

Houve unanimidade na convicção de que o final do ano letivo 2019/2020 decorreu da melhor maneira possível nos ensinos básico e secundário, no ensino profissional e no ensino superior. Do balanço feito, podem sintetizar-se as seguintes conclusões:

- a boa resposta dada pelos profissionais das escolas e instituições, à passagem para práticas de ensino a distância, de um momento para o outro, em que a criatividade, a flexibilidade e a articulação foram palavras chave, havendo a perceção de que esta resposta trouxe uma valorização da escola e dos seus profissionais;
- o enorme desgaste daí resultante, pela pouca ou nenhuma experiência nessas práticas, assim como a preocupação em não deixar ninguém para trás. Muitos docentes fizeram formação durante as férias da Páscoa;
- o reconhecimento do esforço e vontade de muitas famílias para que tudo resultasse pelo melhor,
- o reconhecimento do esforço e resiliência dos alunos, que continuaram a trabalhar, em condições muito variadas e, por vezes, desafiantes;
- os constrangimentos decorrentes da falta de equipamentos informáticos e a deficiente cobertura de rede de internet em muitos locais, que atingiu quer alunos, quer docentes, bem como a falta de competências, de muitos, nesta área;
- o encerramento das escolas tornou mais visíveis as desigualdades já existentes e agravou-as;
- a organização do ensino profissional, por módulos, levava a que as escolas profissionais utilizassem já metodologias de ensino a distância, o que facilitou esta transição. Neste contexto de encerramento das escolas, as maiores dificuldades revelaram-se, no caso do ensino profissional, nas abordagens práticas, que tiveram de ser readaptadas;
- o ensino superior politécnico manifestou uma grande vitalidade e capacidade de ajustamento e adaptação à nova realidade
- a perceção de uma valorização das diferentes funções da escola, nomeadamente a defesa e vigilância de crianças e jovens, a socialização dos alunos, a satisfação de necessidades básicas, a função de custódia para os mais pequenos.
- o aparecimento de práticas novas interessantes, como a participação dos alunos no planeamento semanal das suas atividades e o desenvolvimento do trabalho autónomo, que devem ser continuadas;
- os problemas do ensino à distância colocaram muitas preocupações em relação à efetividade das aprendizagens.

Relativamente ao ano letivo de 2020/2021 e o regresso ao ensino presencial, foram abordadas as seguintes questões:

- a falta de assistentes operacionais coloca inúmeras dificuldades ao funcionamento das escolas;
- a falta de professores, nomeadamente em alguns grupos de recrutamento;
- os professores em risco poderiam ser utilizados para o acompanhamento dos alunos, que permanecem em casa, e para o apoio à recuperação das aprendizagens;
- a dimensão das turmas e das salas de aula não permite o distanciamento físico;
- a distribuição de equipamentos informáticos prometida, bem como o acesso e a melhoria das redes de internet ainda não foram concretizados;
- no ensino superior, a verba destinada a equipamentos informáticos ainda não foi executada;

- Na organização do ano letivo de 2020/2021 foram considerados os cenários possíveis: ensino presencial, ensino a distância e ensino misto. No entanto, a situação verdadeiramente disruptiva criada pela pandemia deveria ter levado a pensar em novas formas de organizar as turmas e os tempos letivos, mantendo-se o esquema habitual de professores por turma e de horas por disciplina. As possibilidades de diferentes formas de agrupamentos dos alunos e docentes, de distribuição de tempos letivos diferente do marcado pelo ensino presencial e do seu carácter mais expositivo ou interativo não foram contempladas.
- As Instituições (IPSS e outras) estão sobrecarregadas com as despesas em equipamentos de proteção individual (EPI) e os apoios à distância ficam muito aquém dos apoios presenciais, sendo aqui a desigualdade muito agravada. Temos de continuar a ser inovadores, principalmente no software específico para estes casos, dotando os alunos e as instituições dos meios necessários (que nunca são suficientes), para colmatar insuficiências;
- a preocupação com a questão do alojamento estudantil. Numa altura em que algumas IES procederam ao corte de camas, a falta de alojamento, que já era grave, acentuou-se, continuando a não ser cumprido o Plano Nacional de Alojamento Estudantil.
- as informações e orientações para o regresso ao ensino presencial foram tardias;
- a importância das aprendizagens na área das artes tornou-se ainda mais evidente, num momento em que a vida das crianças foi alterada de um dia para o outro. As artes têm de estar presentes, mais do nunca, na educação, não só na perspetiva do consumidor, mas nos diversos processos de criação essenciais à compreensão do mundo atual;
- a importância de repensar a integração do trabalho autónomo, sobretudo com alunos mais velhos;
- maior integração e utilização de dispositivos digitais no trabalho em sala de aula;
- a oportunidade criada para mudanças mais profundas no currículo e no funcionamento das escolas: currículos e programas mais focados (por isso, mais curtos), práticas de trabalho mais colaborativo, menos disciplinarização, mais projetos e recursos, primado da pedagogia e da didática, acima da simples disponibilização de recursos, sobretudo digitais.

A Presidente realçou, do debate, a boa resposta dada pelas escolas e pelos seus profissionais; as desigualdades tornadas mais visíveis e agravadas, quer a nível de equipamentos, quer de redes; a preocupação com a situação presente e a dificuldade de lidar com a incerteza do futuro; a valorização das diferentes funções da escola, entre as quais: a defesa e vigilância dos alunos, o papel da socialização e a satisfação de necessidades básicas; e acrescentou que o facto de os conselheiros terem já expressado a sua opinião sobre o ano letivo 2020/2021 anulava a proposta de alteração à ordem de trabalhos, que tinha sugerido no início da reunião.

Seguidamente, passando ao **Ponto 3.**, a Presidente convidou os conselheiros Fernando Almeida e Francisco Miranda Rodrigues (o conselheiro Carlos Percheiro não esteve presente) para fazerem uma apresentação do projeto de recomendação, de que eram relatores, sobre *A condição dos assistentes e dos técnicos especialistas que integram a atividade educativa das escolas*. Depois de expostas as linhas essenciais e as principais recomendações do documento, de onde se destacam os objetivos de valorização e reconhecimento do papel desempenhado por estes profissionais no funcionamento das escolas, através de uma maior definição do seu papel nas escolas e da necessidade do reforço da sua presença, formação e integração numa

escola inclusiva, foi iniciado o debate, no qual entrevistaram os/as seguintes conselheiros/as: Antero Resende, Bárto Paiva Campos, Cristina Vieira, João Dias da Silva, Isabel Menezes, Mariana Avelãs, Mário Nogueira e Rodrigo Queiroz e Melo.

As intervenções realçaram a relevância deste projeto de recomendação pela chamada de atenção para um conjunto de profissionais, essenciais ao funcionamento das instituições escolares, cujo papel é pouco reconhecido e até, muitas vezes, desvalorizado. Salientaram, igualmente, os seguintes aspetos:

- a importância de dar visibilidade a um conjunto de profissionais que desempenham um papel relevante nas escolas, muitas vezes invisível e desvalorizado;
- a necessidade de equipar as escolas de técnicos de informática, que assegurem a manutenção, atualização e segurança dos equipamentos e *software*, cujas lacunas são suprimidas pelos professores de informática, que trabalham *pro bono*, visando colmatar as dificuldades que vão surgindo;
- a integração e contratação de outros profissionais especializados, tão necessários para o apoio e contributo à promoção do sucesso e para uma escola que se pretende cada vez mais inclusiva;
- a preocupação com a formação inicial destes profissionais, no caso dos assistentes operacionais, e a importância da formação contínua, que poderá, eventualmente, ter repercussões positivas na progressão na carreira;
- a coexistência nas escolas, nem sempre fácil de conciliar, de profissionais contratados pelas autarquias e pelo Ministério da Educação.

Foram ainda apresentadas algumas sugestões de introdução, alteração ou clarificação de alguns aspetos, designadamente: a necessidade de acompanhamento e conhecimento do que está a acontecer, relativamente à gestão do pessoal não docente: assistentes operacionais e técnicos, contratados pelas autarquias, questão essa que foi abordada na Recomendação nº 1/2019 sobre *Transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional*; fazer uma referência aos diplomados em Ciências da Educação, pela importância do seu contributo, quer no apoio à gestão, quer na elaboração e desenvolvimento de projetos educativos nas escolas; acrescentar aos modelos e critérios de contratação e alocação destes profissionais, quando o projeto de recomendação menciona, como um deles, a tipologia arquitetónica das instalações, o número de edifícios, o número de pisos e a dimensão dos espaços exteriores. Foi também solicitado que fosse revista a redação da recomendação m) do projeto de recomendação, no sentido de acautelar as especificidades do ensino particular e cooperativo e a sua independência, relativamente ao Estado, na contratação destes profissionais.

Depois de analisadas pelos relatores as propostas apresentadas, o projeto de recomendação foi colocado a votação e aprovado por unanimidade.

No Ponto 4. Apreciação e discussão do projeto de Recomendação A Cidadania e a Educação Antirracista, a Presidente solicitou às relatoras, conselheiras: Joana Brocardo e Isabel Menezes que fizessem a apresentação do projeto de recomendação, uma vez que a conselheira Luísa Malhó esteve ausente da reunião.

Na sua intervenção, as conselheiras destacaram os motivos da elaboração de uma recomendação sobre a cidadania e a educação antirracista e a atualidade da temática.

Elencaram as audições efetuadas, como suporte à sua preparação, as conclusões a que chegaram e as recomendações propostas, que estavam sustentadas nos contributos dos documentos orientadores da política educacional, das recomendações nacionais e internacionais, dos dados da investigação sobre a situação portuguesa e das audições realizadas.

Seguiu-se um debate em que participaram os/as seguintes conselheiros/conselheiras (alguns via *chat*): Ana Leal Faria, Antero Resende, Bártolo Paiva Campos, David Rodrigues, Eugénia Gamboa, Francisco Santos, João Pedro Louro, José Manuel Cordeiro, José Tribolet, Léon Acosta, Luís Capucha, Lurdes Figueiral, Manuela Encarnação, Mariana Avelãs, Mário Nogueira, Paulo Sucena, Pedro Lourtie, e Pedro Sequeira.

Apesar de haver consenso sobre a pertinência e oportunidade deste projeto de recomendação, os conselheiros dividiram-se quanto ao teor da recomendação nº 3 que referia “o estímulo a uma discussão pública da expansão portuguesa e do colonialismo” considerada, por uns, como uma proposta de revisionismo histórico, que caberia a investigadores e historiadores e, por outros, como um convite a olhar a história de forma diferente, não se pretendendo uma revisão, mas uma reflexão sobre a história. Outras dúvidas e sugestões foram levantadas relativamente à recomendação nº 1 (Identificação) e propostas concretas relativas à oferta da educação pré-escolar.

Face ao adiantado da hora e a necessidade de se conseguir o maior consenso possível em torno da recomendação – desejo manifestado por vários/várias conselheiros e conselheiras – a Presidente sugeriu que se continuasse o debate na próxima reunião plenária, o que permitiria às relatoras – caso assim o entendessem - encontrar uma formulação que, não pondo em causa as suas convicções, pudesse ir ao encontro das dúvidas colocadas. Esta proposta mereceu a concordância dos presentes.

A Presidente agradeceu os contributos de todos e deu por encerrados os trabalhos desta sessão plenária.